

ELVAS: A FORMAÇÃO DA CIDADE-QUARTEL E DE UMA MONUMENTALIDADE ÚNICA

Rui Jesuíno

Técnico Superior da Câmara Municipal de Elvas



Elvas foi classificada pela UNESCO como uma cidade-quartel de fronteira. Tal denominação quer dizer que ao longo dos tempos e essencialmente entre meados do séc. XVII e o início do séc. XIX, Elvas era um quartel gigante em que coexistiam praticamente tantos militares como civis. Essa situação, criada pela Guerra da Restauração (1641-1668) e pela necessidade de defender a fronteira mais próxima da capital, levou a que na cidade se criassem infra-estruturas próprias para servir os milhares de militares aqui presentes. Que infra-estruturas são essas? Fácil. Pensemos em, por exemplo, 5000 militares e no séc. XVII. O que precisariam eles para viver? Fortificações para os proteger, casas para os alojar, padaria para fazer o seu pão, a base da alimentação, água, armazéns para guardar bens alimentares deles e dos animais, armazéns para colocar o material militar, um hospital, uma farmácia, um local para os altos cargos reunirem e discutirem tácticas militares, locais para construir os diversos artefactos, prisões, uma escola, a contabilidade e até casas de banho. Pois é, tudo isto foi tido em conta quando Elvas, a partir de 1641, se começa a transformar numa cidade-quartel que lhe havia de dar o título de Património

da Humanidade em 2012. Como disse atrás, todos nós elvenses conhecemos os grandes edifícios militares da cidade.

Começemos pelo início. As fortificações protegiam a cidade de ataques inimigos. Como as três muralhas medievais, duas islâmicas e a fernandina do séc. XIV, (fotos 1 e 2) já não conseguiam defender a cidade porque o fogo dos canhões rapidamente as destruíu, constroem-se as muralhas abaluartadas que ainda hoje cercam o centro histórico (foto 3) e edifica-se também o Forte de Santa Luzia (foto 4). No séc. XVIII adiciona-se o Forte da Graça (foto 5) e no início do séc. XIX os quatro fortins: São Mamede, São Pedro, São Domingos e São Francisco (foto 6). Infelizmente este último foi destruído ainda no séc. XIX, mas os outros lá estão ainda hoje a patrulhar os outeiros à volta da cidade. Passemos ao alojamento: era necessário criar quartéis. Começou por se construir os Quartéis da Corujeira (foto 7). A obra ficou aprovada na reunião de Câmara de 30 de Julho de 1644. Acordou-se com o governador das armas, Matias de Albuquerque, que o financiamento viria um imposto sobre bens de consumo: um vintém (20 réis) por cada almude (16,8 litros) de vinho vendido. Seguiram-se depois os Quartéis do Castelo, demolidos no início do séc. XX (foto 8), os Quartéis dos Artilheiros ou das Balas, detrás do Convento de São Paulo (foto 9), os Quartéis de São Martinho (foto 10). No séc. XVIII acrescentaram-se os Quartéis do Casarão (foto 11), hoje dentro do Museu Militar, e no séc. XIX, com o fim de alguns conventos, também São Domingos e São Paulo passaram



1. Muralhas medievais



2. Muralha medieval.



3. Centro histórico.



4. Forte de Santa Luzia.



5. Forte da Graça.



6. Fortim de S. Francisco.

a ser grandes quartéis. No entanto, por vezes em tempo de guerra, todos estes quartéis não chegavam. Nesse sentido, a Lei do Aboletamento obrigava os particulares a albergar soldados nas suas casas. Cabia muitas vezes dois soldados a cada pessoa, ou seja, uma família de 4 pessoas tinha que ter 8 militares em sua casa... Não era fácil e recorrentemente causava protestos. Por esse motivo, para além dos quartéis que já vos falei, fizeram-se outros alojamentos para militares que hoje poucos conhecem. Um desses exemplos são os quartéis construídos no cruzamento da Rua do Botafogo com a Rua dos Esteireiros. Destes quartéis pouco resta, uma vez que grande parte deles se demoliram para a construção do edifício do cinema. Foram edificadas no local do antigo palácio dos Botafogo, antiga família de judeus elvenses que se viu expulsa da cidade e do país e que acabou por formar o conhecido Bairro do Botafogo no Rio de Janeiro. Estes quartéis foram construídos em 1766, após a cedência de alguns edifícios que eram pertença dos jesuítas, entretanto expulsos do país. Em 1865 também serviam de quartéis diversas casas na Rua dos Frades e na Rua dos Fagundes, sendo as primeiras cedidas pela Câmara Municipal para esse efeito. A juntar a estes, surge também aquele que passa a ser conhecido como Quartel de Engenharia, no que é hoje conhecido como Largo Luís de Camões, nas traseiras da Biblioteca Municipal, onde hoje está sedeada uma associação de caça e pesca e também alguns quartéis na confluência da Rua



7. Quartéis da Corujeira.

do Passo com a Rua dos Cavaleiros e que ruíram há poucos anos. Pequenos quartéis encontramos também no Beco de Santa Justa, na Rua do Grivão, no Beco de Pêro Picão n.º 1 e 1-A, assim como na Rua de São Pedro n.º 12. Vejamos que ainda estamos a falar no alojamento e na quantidade de edifícios que já enumerámos. A estes podiam-se juntar outros que, em caso de guerra, também serviam para alojar a tropa, caso do Colégio Jesuíta, do Convento de Santa Clara e até da antiga Câmara (hoje Casa da Cultura).

Caso curioso, e por vezes desconhecido, é que estes quartéis por terem sido pagos por um imposto



8. Quartéis do Castelo.



9. Quartéis dos Artilheiros ou das Balas.



10. Quartéis do São Martinho.



11. Quartéis do Casarão.

lançado sobre o povo de Elvas, eram considerados “do povo”, dos elvenses. Vejamos o que se diz numa reunião da Câmara de Elvas em 8 de Novembro de 1718: “foi lida uma carta de Sua Majestade, da Junta dos Três Estados, em que ordenava o informe sobre a conta que os oficiais da Câmara deram, de um requerimento que fizeram os misteres de vinte e quatro, acerca de não serem obrigados os moradores desta cidade a quartéis, dando-se todos os que há nela, que são do povo, e as mais cláusulas apontadas em cópia que veio com a carta; todos uniformemente votaram que Sua Majestade lhe devia permitir e mandar que se impusesse um real em cada arrátel de carne e peixe, para, com este produto, se reedificarem os quartéis com os 500.000 réis, preço dos quinze quartéis que se demoliram (para a construção da Casa das Barcas); correndo esta despesa e administração pela repartição da vedoria da artilharia; com a condição de que em tempo nenhum se deitarão alojamento aos moradores, assim de oficiais, soldados ou cavalos; porque de outra sorte tornarão os quartéis a restituir-se ao povo, e a suspender-se a dita aplicação dos reais”¹.

1 AHME, Livro das actas de vereação de 1718, fl. 57.



12. Aqueduto da Amoreira.



13. Cisterna.



14. O Assento.

Alojados os militares, há agora que lhes dar de comer e beber a eles e aos seus animais. A água que vinha para a cidade através do Aqueduto da Amoreira (foto 12) passou a ser armazenada na Cisterna em 1650 graças a esta fantástica construção de Nicolau de Langres (foto 13). A partir da Cisterna, a água era canalizada para os principais edifícios civis, militares e religiosos. A água distribuída directamente na cisterna era racionada e todos os poços e cisternas particulares existentes na cidade eram inventariados para poderem ser utilizados no caso de a Cisterna não ser suficiente. No que respeita à comida, ela era confeccionada pelos próprios soldados nas suas



15. Grande Palheiro.

casernas, sendo-lhe apenas concedidos os ingredientes. O Assento, hoje conhecido como Manutenção Militar (foto 14), era o imóvel onde se fabricava e distribuía o pão. A produção diária chegava às 28 mil carcaças de arrátel e meio cada (688g). Para ajudar o Assento nesta manufactura, foi criada a Casa dos Fornos, outro imóvel militar desconhecido por alguns elvenses. Está localizado no Baluarte do Príncipe, na rua à esquerda de quem está virado de frente para o Mercado Municipal da Casa das Barcas. Para o armazenamento da lenha que servia os fornos do Assento e da Casa dos Fornos foi criado um armazém em frente ao próprio Assento, debaixo do que é hoje a Avenida Garcia de Orta. A palha para os milhares de animais do Exército tinha também um grande armazém nas traseiras do que é hoje o Hotel São João de Deus. Este imenso edifício com umas espectaculares abóbadas, conhecido como o Grande Palheiro, é hoje utilizado como armazém e oficinas das Juntas de Freguesia Urbanas (foto 15). A maior parte destes edifícios não tinham uma construção simples. Eram sim à prova de bomba para que os bombardeamentos inimigos para dentro da cidade não os destruíssem facilmente.

Avancemos para os armazéns de bens militares. Como Elvas sempre foi uma cidade militar, chave para o nosso país, também sempre houve dentro dela armazéns militares. No séc. XV, junto à Igreja de Santa Maria dos Casados, situada aos Cantos da Carreira e demolida há algumas décadas, existiu um paiol onde se guardavam os artefactos militares. Após a demolição da igreja foram até descobertas mais de duas dezenas de pelouros, projecteis esféricos de granito, que hoje encontramos espalhados por diversos espaços patrimoniais como o Castelo (foto 16) ou o Forte de Santa Luzia. A partir de



16. Castelo.



17. Paioi de Santa Bárbara.

1641, com a transformação de Elvas numa cidade-quartel que recebia milhares de soldados e uma enorme logística militar foi consequentemente necessária a criação de mais paióis e armazéns. Começando pelos paióis, temos junto ao Castelo, o maior deles: o paiol de Santa Bárbara (foto 17). A invocação de Santa Bárbara surge porque esta santa é a padroeira de quase de tudo o que mexe com o fogo como os artilheiros ou as trovoadas. Agora pensemos, qual é um dos maiores problemas de ter paióis dentro de uma cidade-quartel? É que qualquer explosivo, trovão ou fogo que chegasse a um paiol, eram toneladas de pólvora armazenada prontas a explodir e com isso acabar por voar metade da cidade e dos seus habitantes. Sendo o para-raios uma invenção mais tardia, como se poderia defender um paiol de ele voar pelos ares? Primeiro invocar Santa Bárbara, segundo construí-lo à prova de bomba e depois utilizar técnicas de arquitectura ímpares. Quem olha para o paiol de Santa Bárbara a partir do Castelo, observa que as paredes do imóvel sobem a uma cota mais acima que o telhado. Com esse efeito, forma-se uma espécie de caixa. Esta caixa servia para colocar terra e palha que servia de protecção, amortecendo os impactos dos bombardeamentos inimigos, uma técnica de defesa de excelência. Alguns investigadores afirmam que este edifício antes de ser paiol era uma igreja, o que não é verdade. O imóvel foi construído no séc. XVII já com esta função de paiol.

A partir de Santa Bárbara, passamos para outros paióis. Junto ao Quartel do Trem, temos o Paiol de Nossa Senhora da Conceição (foto 18). Recebe o nome da capela que está em frente, sobre as Portas da Esquina. Foi construído por Jan Ciermans, ou Cosmander, o autor da traça das nossas muralhas abaluartadas, com uma planta oval. Hoje, este paiol recebe parte da exposição do Museu de Arte Contemporânea de Elvas. Dentro do Museu Militar, encontramos outro paiol: o Paiol Redondo, uma obra provavelmente do séc. XVIII e de Guillaume Valleré, o mesmo autor do Forte da Graça. Para além destes três paióis, dentro da cidade temos mais alguns que se podem considerar embutidos nas fortificações. Alguns deles estão colocados às portas da cidade para auxiliar os militares que as defendiam: o paiol das Portas da Esquina, o paiol da Praça de Armas, o paiol do cavaleiro da mesma Praça de Armas e outros dois às Portas de São Vicente. O primeiro encontra-se em frente ao paiol de Nossa Senhora da Conceição, o segundo dentro do baluarte com o mesmo nome, que já serviu de Mercado Municipal e hoje é parque de estacionamento e o terceiro serve de casa de banho do mesmo parque. Para além destes, há vários compartimentos da muralha que serviram de paióis, exemplo da casa ao cimo do Viaduto, ao lado da Igreja de São João de Deus, hoje utilizada pelos escuteiros, ou então os diferentes compartimentos da galeria secreta para a artilharia que percorre a meio parte da muralha abaluartada.



18. Paiol de Nossa Senhora da Conceição.

No séc. XIX, a estes paióis junta-se um outro: o Paiol dos Murtais. Foi construído em 1804 sob requerimento dos elvenses para que em tempo de paz se guardasse aí a pólvora. Recordo aqui os perigos que trazia o facto de haver uma série de paióis dentro da cidade com toneladas e toneladas de pólvora. De facto, já Valleré, enquanto construía o Forte da Graça, havia pensado em construir um grande paiol fora da cidade, na chamada Quinta do Mal Penteadado, perto do Rossio de São Francisco. No entanto, a obra nunca avançou por ser prejudicial se um dia viesse a cair em mãos inimigas. O desenho do Paiol dos Murtais é de João da Matta Chapuzet, um famoso arquitecto militar, responsável entre outras obras pelo Forte do Guincho e pela modernização da cidade da Praia, em Cabo Verde, na década de 1820. Pouco tempo depois de concluído, um ataque espanhol em 1808 destruiu parte do paiol. Apesar de se ter reconstruído, o paiol deixou de ser muito utilizado e em 1876 já se encontrava abandonado “sem porta de madeira e entaipado com alvenaria”.

Para além dos paióis, onde se armazenava a pólvora, os militares necessitavam de outros armazéns para outro tipo de material militar, assim como de um edifício onde se construísse e reparasse esse material de guerra. É nesse sentido, que logo no séc. XVII, no âmbito da Guerra da Restauração, nasce o Arsenal Real (foto 19) e depois, no início do séc. XVIII, nasce o Quartel do Trem (foto 20).

O Arsenal Real era um grande edifício que se situava na Rua da Cadeia, onde estão hoje os Correios. Foi construído em 1643 onde existiam umas casas da Misericórdia e tinha uma função mista. Ao mesmo tempo que aí se reparava e construía o material militar, também na cave existiam umas atafonas para moer o trigo que servia para fazer o pão no Assento (Manutenção Militar). Quando falo



19. Arsenal Real.

de material militar falo de tudo o que se possa imaginar: balas, can-



20. Quartel do Trem.

hões, projecteis de canhão, fardas, carretas, carroças, arreios e muitas mais coisas. No âmbito da reparação, tinha que se consertar tudo isto e dar uma mão na conservação de todos os edifícios militares, muralhas incluído.

Em 1694 começou a construção do Quartel do Trem, obra que durou até 1714. Implantou-se numa parte da cidade onde existia apenas um ferragial e um tanque pertencente aos jesuítas. O Trem, quase todos os elvenses conhecem. Trata-se do edifício onde está hoje sedeada a Escola Superior Agrária de Elvas. Tinha praticamente a mesma função do Arsenal Real. Por esse motivo, a pouco e pouco, o Arsenal ia perdendo algumas das suas funções iniciais, a não ser a de moer o trigo e a de simples armazém. Na segunda metade do séc. XIX passou a funcionar no Arsenal Real a pagadoria e a repartição fiscal militar. A partir de 1887, o edifício foi convertido em quartel, secretaria e cavalaria da Guarda Fiscal. Infelizmente, o Arsenal Real acabou por ser demolido em 1939 para a construção da estação de Correios. O Trem cumpriu as suas funções até bem mais tarde.

Para além destes edifícios, os militares de Elvas necessitavam de uma série de outros armazéns para depósito dos mais variados objectos. Um dos mais conhecidos é o Armazém da Ramada que tanto era utilizado pelos militares como pela Câmara Municipal de Elvas. Ao lado dele, estava um tanque de água com uso quase exclusivo aos militares: o Tanque das Madeiras. Armazém e tanque situavam-se ao fundo da Rua António Tomás Pires, junto à Faceira da Cisterna, mais ou menos onde está hoje a sede da ARPI. Este armazém serviu como Abegoaria Municipal até à construção da actual. Para além deste, havia o chamado Armazém d'entre Torres, colado à fachada do Castelo, outros no actual Largo 25 de Abril (mais ou menos onde está hoje o Restaurante Onofre) e na Praça da República, onde depois se fez a Transportadora Setubalense.

Outro sector de edifícios fundamental para o funcionamento de uma cidade-quartel é o ligado à saúde. Era impossível manter uma cidade-quartel sem haver, pelo menos, um hospital militar. O Hospital Militar de Elvas, designado então como Hospital Real, foi um dos primeiros edifícios a construir-se no âmbito da Guerra da Restauração, logo em 1641 (foto 21). Manteve as suas funções até 1976, sendo hoje Hotel São João de Deus. A gestão deste hospital era uma mescla entre a parte religiosa e a parte militar. Depois da obra terminada, em 1645 foi entregue à Ordem de São João de Deus que o dirigiu até 1807. Ainda assim, a partir de 1706, o vedor geral do exército do Alentejo como provedor dos hospitais militares ficou encarregue de escolher, nomear e despedir os funcionários do hospital, ficando os frades apenas a cuidarem da assistência das enfermarias.



21. Hospital Militar.

Embora grande, o Hospital Militar foi muitas vezes insuficiente ao longo dos anos ou pela guerra que se fazia, ou pela quantidade de militares que havia dentro da cidade. Quando assim era, ou quando os casos eram muito graves, os militares enfermos eram assistidos no Hospital da Misericórdia. Por isso mesmo, quando se reconstruiu este Hospital da Misericórdia no séc. XVIII e o Rei perguntou para que queria Elvas um hospital tão grande, a Santa Casa da cidade respondeu que o hospital não acudia só aos civis, mas também aos militares.

No Hospital Militar de Elvas trabalhavam um médico, um cirurgião, um sangrador, um síndico, um escrivão, o administrador e três ajudantes mais o capelão. No início do séc. XIX, os funcionários eram já mais alguns: dois médicos, dois cirurgiões, seis enfermeiros, um boticário, almoxarife, escrivão, escriturário, fiel de roupas, despenseiro, porteiro e cozinheiro. Depois foi ainda criado lugar para fiel de víveres, fiel de fardamentos e ajudante dos fiéis.

Um excelente estudo deste hospital é o de José Baião na década de 1950. É ele quem nos conta que em 1797 se fizeram grandes e dispendiosas obras mas também bastante contestadas. Isto porque o físico-mor do exército, João Francisco de Oliveira, visitou o espaço e achou-o de “péssima situação por ficar contíguo ao baluarte mais exposto e portanto sujeito ao fogo do inimigo; e muito encomodado logo que haja necessidade de se fazer jogar a artilharia do

mesmo baluarte (...) muito limitado, podendo ao mais conter trezentos e cinquenta doentes; o que de necessidade obrigará a exigir mais, porque em uma Praça em sítio, não se podem verificar transportes de um para outro hospital como nos de Lisboa”. As críticas não se ficavam por aqui: “também me parece muito mal os artigos de desfastios para doentes e não conforme a exigência dos casos. O soldado doente deve ter um regime regular e próprio à vida do soldado. Enquanto febricitante tenha caldos de carneiro ou vaca, que são tão bons ou melhores que os das galinhas, em tanto que esta custa o sêxtuplo de qualquer dos outros. Uma maçã assada, uma laranja, na presença dum grande fastio é mais conferente que duas ou três onças de marmelada que importam muito; e tudo mais, à excepção de alguns ovos, cevadilha ou vegetais, é supérfluo muito danoso”². Curioso relatório o de então, mas o primeiro problema enunciado tem a sua razão de ser. A localização do Hospital Militar não é a melhor, bem junto às muralhas e por isso de fácil bombardeamento. É por esse motivo que enquanto se destruíam as muralhas fernandinas para a construção das muralhas abaluartadas, na zona do Hospital Militar se deixou uma das torres da antiga muralha para servir de vigia ao inimigo.

Os restantes edifícios militares na área da saúde em Elvas eram a Casa dos Mortos e a Farmácia, também denominada de Botica. A Casa dos Mortos ficava em frente ao Hospital Militar, foi demolida em 1961 para a realocação de um Passo da Via Sacra que hoje aí se encontra. A Botica não andaria longe. São dois edifícios pouco estudados e sobre os quais existem poucos documentos. Antes da construção da Botica, eram os diferentes boticários da cidade, normalmente judeus ou cristãos-novos que forneciam o Hospital Militar e mesmo depois da sua construção, provavelmente no final do séc. XVII, era a grande botica do Convento de São Domingos que fornecia os produtos ao Hospital. Curiosamente, foi nesta última botica que pela primeira vez se vendeu água de Inglaterra em Portugal ainda no séc. XVII. A água de Inglaterra era um vinho de quina, utilizado para o tratamento do paludismo.

Logo quando se constituiu esta cidade-quartel, no séc. XVII, foi também necessária a construção de um grande edifício que servisse de sede ao Conselho de Guerra (foto 22). Este conselho era o local onde se decidiam os procedimentos judiciais, mas também as táticas de guerra e por isso mesmo para além da importância monumental e artística do imóvel, ele assume também um cariz simbólico. Está localizado ao cimo da Rua de João Pereira de Abreu, ao lado da Igreja de São Martinho e do Mercado Municipal da Casa das Bar-

2 AHME, José Baião, Notas para a história do Hospital Militar de Elvas.



22. Conselho de Guerra.

cas. A sua construção aproveita parte da segunda cerca islâmica que servia ao mesmo tempo de passadiço para que, tanto da Câmara Municipal (à altura no que é hoje a Casa da Cultura), como do Paço Episcopal (onde está hoje a PSP) se acedesse ao Conselho sem ter que se pisar a rua. É curiosa a sua fa-

chada com uma bela alpendrada e uma porta encimada pelas armas reais. No interior, o salão principal tem no tecto uma fantástica pintura com motivos militares. Em 1875, o Conselho de Guerra acabou por ser extinto e o edifício passou a albergar a Cooperativa Militar. Já no séc. XX, e até 1941, estive aqui sedeadada a estação de Correios de Elvas.

Outro local importante para a administração militar era, como é óbvio, o edifício do Comando Militar. Este edifício era o palacete que servia de habitação ao Governador Militar da cidade. Está localizado na Rua de Martim Mendes, junto ao Arco do Miradeiro e trata-se de um edifício provavelmente do final do séc. XV que sofreu obras de adaptação em meados do séc. XVII. Nas suas traseiras surgia um belo local ajardinado na encosta da muralha. Também aqui se terão discutido e tomado decisões fundamentais para a defesa da cidade.

Os restantes governadores militares de Elvas, os dos fortes de Santa Luzia e da Graça, tinham casa própria nestes fortes, que hoje ainda vemos no topo de cada uma das fortificações. As reuniões entre eles deveriam andar todas por estes edifícios que vos falo.

A administração económica fazia-se noutra edifício, também criado de raiz para este efeito: a Vedoria Geral, com a Contadoria e Pagadoria. A Vedoria era o organismo que regulamentava e geria a economia do Exército e era depois na Contadoria e na Pagadoria que se fazia e geria o pagamento aos militares, assim como os transportes e a distribuição de mantimentos e do mais variado material militar. Este edifício foi construído em 1656, colado ao Hospital Militar. Constitui-se num enorme salão de belas arcadas a que se acede a partir de um portal encimado pelas armas reais. Com a extinção da Vedoria, foi anexado ao Hospital Militar e passou a servi-lo. Mais tarde, o salão foi cortado com a construção do segundo túnel da Avenida Garcia de Orta e serviu até 2002 de sede dos Bombeiros Voluntários de Elvas, sendo hoje o grande salão de festas do Hotel São João de Deus (foto 23).

Outra situação que se teve que resolver na criação de uma cidade-quartel e sobretudo na formação de um exército competente foi a da educação. No âmbito da Guerra da Restauração, a 4 de Novembro de 1651, o Príncipe D. Teodósio depois de visitar Elvas e ver como a cidade se modificava para se tornar num quartel gigante rodeado pelas mais poderosas fortificações, decide criar uma escola na cidade. A gestão da escola seria entregue à Companhia de Jesus que o Príncipe admirava. Nesta escola ensinava-se matemática, fortificação, artes militares e até astronomia. Entre os alunos esteve André de Albuquerque, herói da Batalha das Linhas de Elvas. A escola começou por



23. Vedoria Geral.

se localizar em São Martinho, onde os jesuítas ainda estiveram algum tempo, tendo passado depois para o Largo do Colégio até à expulsão dos jesuítas em 1759. Por lá passaram professores que ficariam para sempre para a história das fortificações e da ciência portuguesa dos séculos XVII e XVIII: os ingleses Thomas Owen e George Gelarte, o irlandês Hugh Collan, o morávio matemático e astrónomo Valentin Stansel, os portugueses Jorge Rebelo, Manuel de Azevedo Fortes, Francisco Nunes, António de Almeida e André Mendes e, claro, o holandês Jan Ciermans ou João Cosmander, o autor do traço da muralha abaluartada de Elvas.

Prossigamos agora para a Casa das Barcas (foto 24). Foi construída entre 1703 e 1705, no âmbito dos preparativos para a Guerra da Sucessão Espanhola e tinha como função a construção e armazenamento de barcas utilizadas para passar os rios Caia e Guadiana: uma logística indispensável no ataque e na defesa de uma região. Quando as companhias de barcas se extinguíram, em 1812, o grande edifício da Casa das Barcas começou por ser armazém e em 1823 passa a ser utilizado como teatro da cidade. Durante as guerras civis do séc. XIX serviu como prisão política, voltando depois a ser teatro. Foi também o primeiro cinema da cidade em 1912 e ficou praticamente abandonada desde 1930 quando se inaugurou o Cine-Teatro.

Mas o que seria de uma cidade-quartel sem prisões para os militares ou para os inimigos? Em Elvas, havia a cadeia civil quinhentista (foto 25), na Rua



24. Casa das Barcas.



25. Cadeia Civil.

da Cadeia, e a prisão eclesiástica, o Aljube, na Rua do Aljube ao lado da Câmara Municipal. No séc. XVII, foram também criadas prisões para os militares de modo a que ficassem separados dos presos civis. A prisão militar era a chamada Casa de Argel (foto 26). Este edifício está colado às Portas de Olivença e ganhou este nome em memória dos portugueses que ficaram cativos em Argel, na actual Argélia, em 1671. O imóvel tem alguma grandiosidade, mas como o número de presos por vezes excedia a capacidade, foram feitas prisões em espaços de outros edifícios militares, caso do Trem. No interior das fortificações, existiam também outras prisões prontas a ser utilizadas, umas junto às Portas de São Vicente e outras no fosso junto ao Baluarte da Conceição. A partir da segunda metade do séc. XIX, será o Forte da Graça a grande prisão militar da cidade, capaz de albergar milhares de presos vindos de todo o país. Curiosamente, Elvas teve uma Casa da Reclusão Militar a funcionar até 2002 no antigo Convento de São Paulo.

Outro conjunto de edifícios fundamentais para a defesa de uma fortificação e de uma cidade-quartel como Elvas são as casas de guarda. Existiam junto às portas da cidade (Olivença, Esquina e São Vicente), no Miradouro do Castelo e na Praça. Se as casas de guarda das portas ainda lá estão, a do Miradouro do Castelo foi demolida na década de 1930 e a da Praça veio abaixo a 30 de Setembro de 1872 sob proposta camarária de Joaquim Nunes da Silva



26. Casa de Argel.

feita ao Ministério da Guerra. Após a autorização do Ministério e dos proprietários do palácio a que estava anexa, Teresa de Saldanha e Castro e Sebastião Francisco Falcão de Lima Mello Trigoso, começou-se a obra.

Percebemos ao longo destas linhas o grande número de edifícios militares em Elvas. Na sua grande maioria hoje ainda podemos observá-los e visitá-los, ainda que com funções diferentes. Outros foram demolidos por circunstâncias da história e pelas vicissitudes do normal funcionamento de uma cidade. Mas não só de edifícios, se fez a criação da cidade-quartel de Elvas. Para que entre todos estes imóveis houvesse uma circulação mais fácil de homens, animais e material militar, também o urbanismo de Elvas em parte mudou. Percorrendo a cidade, veja-se a facilidade de deslocação. Do Castelo e do Paiol de Santa Bárbara, chega-se facilmente à Avenida 14 de Janeiro através do Baluarte do Príncipe. Aí encontramos a Casa das Barcas, os diferentes Quartéis e o Conselho de Guerra. Numa larga avenida (a 14 de Janeiro) percorre-se facilmente até ao Quartel do Trem, ao Convento de São Paulo, ao Paiol de Nossa Senhora da Conceição, aos Quartéis das Balas, à Cisterna e às Portas da Esquina. Descemos pela Cisterna, numa viela que hoje é estreita devido a várias habitações construídas nos séculos XIX e XX e chegamos ao fundo da Rua de São Francisco onde existia o Armazém da Ramada. Em frente temos logo o Hospital Militar e a Vedoria. Seguimos novamente para uma larga avenida (a Garcia de Orta) onde temos o Assento (Manutenção Militar), o Grande Palheiro e o Armazém da Lenha. Seguimos sempre em frente e chegamos também de uma forma fácil às Portas de Olivença com os seus paióis e a Casa de Argel. Mais uma vez prosseguimos por uma ampla avenida (a de São Domingos) e chegamos aos Quartéis do Casarão e ao Convento de São Domingos que foi depois transformado no grande quartel. Contornando-o vamos para as Portas de São Vicente e desta vez subindo temos os Quartéis da Corujeira. Veja como se fez fácil no séc. XVII, o transporte de pessoas e materiais numa cidade ainda com muitas ruelas medievais. A estas avenidas abertas no séc. XVII chamamos-lhe estradões militares e são também eles a marca da história da cidade.

Outra propriedade dos militares de Elvas que não devemos esquecer são as suas hortas. As hortas militares tinham uma produção pequena de frutos e vegetais tendo em conta a quantidade de soldados, no entanto eram uma ajuda na alimentação dos mesmos. Ao longo dos tempos, umas eram propriedade do Exército, outras eram arrendadas. Na chamada Costa de Vila Fria, ou seja, a encosta que vai do Castelo até ao vale do Rui de Melo, os militares tinham algumas parcelas que podiam explorar. Dentro da cidade, o quintal dos Quartéis da Rua do Botafogo também servia de horta militar, assim como parte da cerca do Convento de São Domingos. Nas décadas de 1820 e de 1830

o Exército arrendou a horta de São Paulo e a herdade do Forte de Botas para servirem de hortas militares. Também na década de 1820, durante alguns anos foi militar a Horta do Gorgulhão. Em 1835, são propriedade militar a horta do Bispo (dentro da Quinta do Bispo), a horta do Salvador e a horta do Brejo (vendida depois em 1868 a Manuel Vicente Carrilho). A partir de 1870 estas hortas tendem a desaparecer até à sua extinção poucos anos depois.

Tentei explicar como funcionava a cidade-quartel de Elvas e como eram inúmeros os edifícios militares da cidade e a sua multiplicidade de funções. Não quis ser extenso nas suas descrições, mas de facto este é um património ímpar que merece ser conhecido. Uma curiosidade: em 1939, mais de 80% das habitações de Elvas não tinham casa de banho. No séc. XVII, Jan Ciermans, conhecido por João Cosmander, quando traçou as muralhas abaluartadas de Elvas já teve em conta a criação de casas de banho, duplas e uma a cada cortina da muralha.

Abordemos agora as fortificações rurais. No Concelho de Elvas existem hoje em dia três castelos: o de Elvas, o de Barbacena e o de Fontalva. Todos eles, durante a Idade Média, patrulhavam a sua região. No séc. XVI é construído também o castelo de Vila Boim. Pensa-se que da mesma forma que Barbacena, Santa Eulália teria igualmente uma pequena muralha medieval. Durante a Guerra da Restauração estas muralhas são refeitas para proteger as pequenas povoações mas derrotadas pelo inimigo, são, assim como o castelo de Vila Boim e o de Revelados (em frente a Vila Boim), completamente demolidas. No entanto, para além destas fortificações que defendiam pequenas vilas e aldeias, havia outras que patrulhavam os campos no alto dos outeiros onde eram construídas. São as torres e atalaias. Valorizamo-las pouco porque também poucos as vêem. Puro engano. Estas fortificações eram fundamentais na defesa de um território, fazendo a vigia e trabalhando em rede, avisando-se umas às outras no caso de um avanço inimigo. Um aviso que depois chegava às diversas praças militares constituídas nas vilas e cidades. Algumas tinham também a função de patrulhar ou policiar caminhos perigosos para os transeuntes.

Sabemos que muitas das torres e atalaias existentes na região de Elvas tem um passado islâmico, sendo depois reconstruídas sucessivamente a partir do séc. XIV. Inclusivamente, a palavra “atalaia” vem da palavra árabe “at-talā’i” que significa sentinela.

Essencialmente, este tipo de fortificações segue também as três grandes épocas de construção militar: a islâmica, a do séc. XIV com as Guerras Fernandinas e a do séc. XVII com a Guerra da Restauração. Depreende-se se uma

torre ou atalaia tem passado islâmico pelo seu método construtivo ou pelo topónimo associado a ela. Em árabe, uma fortificação rural que defende um pequeno povoado tem o nome de “hisn”, enquanto que uma fortificação de certas dimensões é designada por “al-qa’á” e uma torre por “al-mariyya”. Assim sendo, se encontramos algum outeiro ou cabeço importante denominado Isna, Alcalá, Alcara, Almeria ou Maria, sabemos que estamos na presença de um local fortificado durante o período islâmico. Na nossa região existem vários: Alcaraviça, Alcaria, Alcarapinha e Maria. Hoje apenas no cabeço de Alcarapinha encontramos os restos de uma fortificação que terá mais de mil anos, mas nos outros qualquer escavação arqueológica poderá detectar os alicerces de uma torre.

Para o período cristão, ou seja, pós-1230, a pesquisa revela-se mais fácil. Muitos dos locais onde se construíram as atalaias e torres de vigia ficaram com o topónimo Torre. Outros já tiveram o topónimo Torre, mas entretanto mudaram o nome, por isso a pesquisa faz-se nos documentos manuscritos de escrituras, impostos, testamentos e outros, ou então varrendo os outeiros do concelho de Elvas com prospecções realizadas com passeios a pé. Foi cruzando as informações conseguidas destas duas formas que consegui identificar dezenas e dezenas de fortificações rurais no concelho. Umas mais modestas que as outras, dependendo da sua importância, estão na generalidade em ruína, derruídas ou resumem-se a alguns vestígios, mas também as há em perfeito estado de conservação.

Vou tentar enumerar algumas e dá-las a conhecer ao leitor, percorrendo ao mesmo tempo o nosso concelho. Partamos então de Elvas em direcção a Campo Maior. Logo após sair do perímetro urbano encontramos à nossa direita a Torre do Reguengo (foto 27). Esta torre é uma das que está em melhor estado de conservação em todo o concelho. Também era denominada de Torre d’El-Rei ou Torre do Chaparrito. É muito provavelmente uma construção dos séculos XIV ou XV e está localizada não num ponto elevado, mas sim na margem da Ribeira do Ceto. Um pouco mais à direita da estrada existiria uma outra torre denominada Torrejão da Missorra. Este curioso topónimo identifica uma torre localizada entre as Fontainhas e o Monte das Choças. Aparece por vezes designado por Casarão dos Mouros, o que indica uma ocupação anterior, romana e/ou islâmica. Não sei ao certo a localização desta fortificação, da qual ainda existiam vestígios no final do séc. XIX.

Voltando à estrada e andando mais pouco, à nossa esquerda está a Atalaia da Torrinha. A Torrinha é uma elevação considerável que cedo se percebeu o seu cariz estratégico. Esta atalaia foi construída em 1488 e encontra-se



27. Torre do Reguengo.

arruinada no presente. Prosseguindo o nosso caminho, agora à direita numa outra elevação teríamos outra torre que já não existe: a Torre do Sisão, também denominada de Torre dos Branquilhos. Esta fortificação medieval localizava-se já para os lados da Ribeira do Caiola. Foi reconstruída no séc. XVII como atalaia, designando-se Atalaia Nova. A sudeste do Correio-mor e também desaparecida, localizava-se a Atalaia do Mexia. Esta atalaia foi construída no final de 1649 por Gonçalo Vaz Coutinho, mestre de campo, enquanto a guardava Achim de Tamaricourt. Em 1711, perto desta atalaia, estabeleceram os espanhóis uma bateria de quatro peças. Não se encontram vestígios dela. Este outeiro, ainda hoje chamado “da Atalaia” foi ocupado por uma fortifi-

cação pelo menos desde o séc. XIV. Começou por se chamar Torre do Azeite e depois Torre de Mengracel.

Seguindo para Norte a caminho de Campo Maior, encontramos uma outra elevação de 317 metros de altitude, estratégica para guardar esta via: o Perdigão. É nesta elevação que se construiu a Atalaia do Perdigão. Esta atalaia é referida em documentação logo a partir de 1641, pelo que deve ser anterior à Guerra da Restauração, sendo alvo de alguma reconstrução no âmbito desta guerra. No dia 30 de Julho de 1641 houve um combate entre as tropas portuguesas, comandadas por D. João da Costa, e as tropas espanholas junto a esta atalaia e Nicolau de Langres refere a sua importância estratégica em 1655.

Continuando o nosso caminho, e já mais perto de Campo Maior do que de Elvas, temos a Atalaia de Segóvia. Segóvia é um enorme outeiro de 313 metros de altitude com uma ocupação humana pelo menos desde a Idade do Ferro quando aí foi construída uma cidade com duas linhas de muralhas. Teve também uma grande importância militar romana e possivelmente islâmica. A atalaia foi reconstruída no séc. XIV e reformada no séc. XVII. Em 1384 foi aqui travado um importante combate em que participou Gil Fernandes. A torre ainda hoje se pode observar, servindo de base a um marco geodésico, facto que se repetirá noutras torres e atalaias e donde se pode tirar a pouca importância

monumental que foi dado a este património tão importante e tão esquecido ao mesmo tempo. As torres e atalaias que existem espalhadas nos topos dos outeiros da região não só devem ser valorizadas pela sua monumentalidade, mas também pela importância estratégica que tiveram na defesa do território. A desvalorização deste património situado num meio mais rural surge precisamente porque ele é pouco conhecido e muito menos visto, uma vez que para observá-lo é preciso procurá-lo. A questão central é que só conhecendo o património, e entendendo-o, podemos valorizá-lo. Se nem sabemos que existe, como podemos manter e valorizar? Se, por acaso, um dia o virmos e só olharmos um monte de ruínas e não o entendemos, como o podemos considerar e estimar?.

Continuando a descrição das torres e atalaias que existem ou já existiram no concelho de Elvas, seguimos agora a estrada para Portalegre através de São Vicente e Santa Eulália. Antes de chegar a São Vicente, temos à nossa direita a Torre de Siqueira. A Torre de Siqueira, de Sequeira ou dos Sequeiras também é denominada de Torre do Picão a partir do séc. XIX. Aparece em diferente documentação a partir do séc. XVII. Antes de 1630 o local é designado por Quinta de Redemoinhos sem referir alguma torre. Foi nesta fortificação que D. João de Áustria se alojou com o exército espanhol em 9 de Maio de 1662. Hoje está incorporada nas casas do Monte da Torre. Atravessamos São Vicente que tem também o topónimo Castelo dentro da aldeia, mas do qual nunca achei nenhum vestígio seja material ou documental. Entre São Vicente e Santa Eulália temos três torres: a Torrinha, a Torre de Vila Cova e a Torre do Zambujeiro. A Torrinha era uma pequena torre que patrulhava a estrada de São Vicente para Santa Eulália num pequeno outeiro em frente à Horta da Vinagreira. Existia em 1507 e deve ter desaparecido no século seguinte. A Torre de Vila Cova estava localizada no cimo de um outeiro a mais de 380m de altitude, junto ao Monte de Vila Cova. É citada no livro de batizados da Igreja de Santa Eulália em 1659, o que aponta para ser uma obra da Restauração. Também neste troço, há referências à Torre do Zambujeiro nalguns documentos dos séculos XVII e XVIII.

Já na Freguesia de Santa Eulália, voltamos a encontrar várias destas fortificações. Uma das mais importantes de todo o concelho é a Atalaia de Almeida. Foi construída por nada mais, nada menos que Nicolau de Langres, o arquitecto que terminou a construção das muralhas abaluartadas de Elvas e traçou a grande cisterna da cidade. Tinha como objectivo a ocupação de um outeiro para servir de vigia e defender a aldeia de Santa Eulália. A decisão da construção foi tomada após várias queixas dos moradores desta aldeia acerca do grande arvoredado que havia na herdade de Almeida, do qual se aproveitava o

inimigo para atacar aquela zona. O despacho do Governador de Armas é de 3 de Janeiro de 1656: “faça-se a atalaia na forma e com as defensas que parecer ao tenente-general Nicolau de Langres, que a irá desenhar; e para se haverem de cortar as árvores circunvizinhas a ela, irá o procurador desta cidade com as mais pessoas que costumam assistir a semelhantes vitorias, e assinalarão as árvores que se houverem de cortar; de que se fará termo por um oficial público, assinado pelo dito procurador e mais pessoas, e pelo tenente-general”.

À vista da Atalaia de Almeida estavam várias torres. A Torre da Cochichola defendia a zona leste de Santa Eulália e estava situada num alto hoje chamado de Quixola. É provavelmente uma construção do séc. XIV. A Torre do Brito estava localizada perto da estrada de Santa Eulália para Campo Maior num outeiro com 256 metros de altitude, esta torre foi construída no âmbito das Guerras Fernandinas e tomou este nome por estar numa herdade pertença da família Brito [Brito do Rio] pelo menos até ao séc. XVIII.

A oeste de Santa Eulália, surge a Torre do Baldio no Monte do Baldio do Conde. Fala-se nela num documento da Guerra da Restauração, em 1662, quando desta torre se avistaram 140 cavalos das tropas inimigas que arrasavam e roubavam os campos de Barbacena. Ainda na mesma freguesia, a Torre do Mouro ficou submersa aquando da construção da Barragem do Caia. Deve ser uma construção fernandina. A herdade onde está implantada foi da família nobre dos Monroy.

Finalizado este percurso, partamos para o seguinte em busca das nossas fortificações, agora a caminho de Vila Boim e da Terrugem. Antes de sair do actual perímetro urbano da cidade, na zona do Morgadinho, tínhamos a Torre de Cocena. Esta torre ficava à vista da cidade e localizava-se presumivelmente cerca do espaço hoje ocupado pela Quinta do Morgadinho. Em 1599 ainda existia, tendo sido destruída durante a Guerra da Restauração. Chegando à zona de Varche, temos outra torre essencial para a defesa da região, a Torre das Arcas. A Torre das Arcas era uma fortificação medieval que defendia as grandes nascentes de água que existem naquele local e que já eram aproveitadas na época romana. A torre foi reforçada em 1667 pela Câmara de Elvas durante a Guerra da Restauração a pedido do Conde de Schomberg.

Vila Boim era vila importante, sede de concelho e local estratégico. Assim sendo, a sua região dominante deveria estar polvilhada com fortificações deste género. Conhecemos algumas. A atalaia mais importante do concelho de Elvas é uma delas: a Atalaia dos Sapateiros, situada entre Vila Boim e Vila Fernando (foto 28). Localizada num outeiro com grande altitude, a atalaia é bem visível embora o estado de conservação não seja o melhor. É um local provavelmente



28. Atalaia dos Sapateiros.

utilizado desde a Idade do Ferro e depois por romanos e mouros. Deverá ter sido reerguida no séc. XIV e depois no séc. XVII. No dia 1 de julho de 1580 acampou nela o Duque de Alba com as suas tropas, no seu caminho de tomar Portugal. Durante a Guerra da Restauração, esta atalaia foi várias vezes palco de escaramuças e curiosamente foi nela que pernoitou o exército português de socorro a Elvas no dia 13 de Janeiro de 1659, um dia antes da Batalha das Linhas de Elvas.

Logo ao lado de Vila Boim, outro espaço fulcral na defesa da região: a Atalaia de Vila Boim. Esta atalaia ficava no grande outeiro que fica em frente à vila. Este importante outeiro é o ponto mais alto da estrada entre Lisboa e Elvas e tem uma ocupação humana desde a Idade do Ferro. Terá tido uma grande fortificação islâmica, transformada num castelo a partir do séc. XIII. Este castelo, denominado Castelo de Rebelados ou Revelados, é uma fortificação desconhecida e curiosa da qual existe muito pouca informação. A Atalaia de Vila Boim será uma construção do séc. XVI sob as ruínas do antigo castelo e deve ter sido destruída no séc. XIX. Para a semana contarei a história de mais algumas destas fortificações esquecidas! Nas últimas semanas tenho falado no tema das fortificações rurais, as torres e atalaias que ao longo dos séculos vigiaram os campos do concelho de Elvas. Uma grande quantidade de monu-

mentos militares que marcaram a nossa história e defenderam a nossa cidade, mas que têm sido esquecidos e por isso não protegidos nem valorizados.

Depois de percorrer quase todo o concelho, descrevendo este tipo de fortificações, estamos agora na Terrugem. Quase no limite do concelho, a noroeste da aldeia, ficava a Torre do Mato. Era uma construção islâmica ou fernandina e ainda existia no final do séc. XIX. Infelizmente, terá desaparecido. A sudeste da Terrugem hoje existe uma herdade denominada Castelo Velho. Para além deste topónimo ligado a uma pretensa fortificação, esta herdade já teve o nome de Almação no séc. XV, nome que claramente provém de Al-Mahsan, palavra árabe para “o fortificado”. Assim sendo, devemos estar perante uma fortificação islâmica que desapareceu após a conquista cristã.

Um pouco mais a sul, na fronteira do concelho de Elvas com a freguesia das Ciladas, concelho de Vila Viçosa, surgem duas fortificações interessantíssimas a todos os níveis: a Torre do Cabedal e a Torre del Rei. Esta última torre será uma construção fernandina do séc. XIV. Está já no limite do concelho, perto de Ciladas, e integra um espectacular conjunto artístico constituído por uma villae romana, um edifício com uma janela manuelina e ainda uma capela dedicada a São Paio com frescos que me parecem do séc. XVI. Infelizmente, o estado de conservação é mau. Perto da Torre del Rei, já no concelho de Vila Viçosa, fica a Torre do Cabedal. Este local muito curioso tem forte ocupação romana e islâmica. Junto à torre encontra-se uma grande villae romana que se terá convertido em rica habitação do período islâmico. Fernando Branco Correia diz-nos que o topónimo Cabedal provém de abu ‘Abd Allah, ou seja, filho do servo de Allah, o que relaciona este local com as mais altas esferas da população islâmica dos séculos XII e XIII. A torre aparece pela primeira vez num documento manuscrito de 1222. Noutro precioso documento datado de 5 de agosto de 1281, D. Dinis afora a herdade de Magya-Cabedal, que diz “costumava ser do alcaide dos mouros”, a Vicente Pires e sua mulher, o que só atesta a tese de Fernando Branco. A torre está hoje inserida num monte em ruínas, inclui uma janela manuelina e encontra-se em perigo também ela de ruir.

Partindo agora para norte, na freguesia de Vila Fernando, surgem outras fortificações. A Atalaia de Alcarapinha é uma delas. Trata-se de uma atalaia construída na época islâmica, denominada por vezes no séc. XIII de Alcarapina e que está também em ruínas. Junto a esta, deveria estar a Atalaia dos Currallinhos, no entanto não há indicações da localização certa desta atalaia. A leste da vila temos a Torre do Curvo, também chamada de Torre de Alvarenga ou dos Alvarengas. Esta fortificação está perto da estrada entre Vila Fernando e Santo Aleixo. Faz parte das casas de um conhecido monte da re-

gião. Em 1625, o monte e a torre eram pertença do Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra. Logo ao lado, a conhecida Torre do Frade. Finalmente, para terminar esta área do concelho, na área de Barbacena, temos a Torre de Pena Clara. É uma construção do séc. XIV. Encontra-se inserida nas casas do monte com o mesmo nome e por isso tem um estado de conservação perfeito.

Façamos agora o trajecto final para terminar esta história. Vamos partir de Elvas em direcção à fronteira, naquele que terá sido o espaço com mais torres e atalaias, graças à aproximação do inimigo espanhol. Indo pela Estrada do Caia, actual Avenida do Dia de Portugal, à direita na zona das Alpedreiras, temos a Torre da Sé. É uma das mais imponentes torres de vigia do concelho de Elvas. Terá sido construída no séc. XIV e está junto ao monte com o mesmo nome. Um pouco mais à frente temos as ruínas da Atalaia da Fonte Branca. Esta atalaia está localizada num ponto muito próximo à estrada para Badajoz, junto à Quinta da Fonte Branca. Hoje não é nada mais que uma parede em ruínas. No período medieval é denominada de Torrejão, aparecendo depois como Atalaião. Foi ocupada em 3 de Março de 1642 por um grupo de espanhóis que iria atacar as obras do Forte de Santa Luzia. A atalaia acabou destruída durante um ataque de D. João de Áustria em 1663.

Novamente à direita, pela estrada da Gramicha, um pouco mais à frente teríamos a Atalaia da Úveda, também chamada da Torrinha. Esta atalaia ficava num pequeno outeiro com cerca de 200 metros de altitude junto ao Monte da Nora Úveda. Já é citada em 1589 num documento de doação de um moio de trigo de foro feita por Pêro Mendes da Silva ao Convento de Santa Clara de Elvas. Em 1709 alojou-se aqui o exército do Marquês de Fronteira. O local tem ocupação desde a época romana quando se construiu ali uma villae. Voltando junto à estrada surgiria a Atalaia da Enxara, junto ao monte com o mesmo nome.

Fazendo a mesma aproximação a Espanha, mas pela estrada que vai pelas traseiras do Forte de Santa Luzia, um pouco mais à frente observa-se a Torre da Ovilheira. A Ovilheira é um local habitado desde a época romana, quando ali se construiu uma grande villae. Será uma das torres com passado islâmico e reconstruída sucessivamente. É citada em imensos documentos a partir do séc. XIII. Hoje está incluída nas casas de um monte em ruínas.

É junto à fronteira que a rede das torres de vigia se torna mais densa. Senão vejamos. Temos a Torre de Alfarófia, uma fortificação islâmica que após conquistada em 1230 foi doada à Ordem do Templo, decisão que não deve ser alheia à localização da torre a escassos metros da fronteira; a Torre de Guadiana, também chamada de Torre d'Odiana, que estava localizada entre a Ribeira

do Cancão e o Rio Guadiana. Como deixa de aparecer em documentação a partir do séc. XVII, deve ter sido demolida nessa época; a Torre Alagada que se localizava entre a Torre de Bolsa e Santo Ildefonso. Por estar num pequeno outeiro de 164m de altura sob o Rio Guadiana, esta área alagava-se, o que deu o nome à torre e ao actual monte. Em 1709, aquando do assédio de Olivença, o exército português acampou na Torre Alagada. No dia seguinte partiu daqui o Conde da Atalaia com 200 granadeiros, cavalaria e 4 peças a desalojar o inimigo do vau de Rui d'Abreu; a Torre de Bolsa, citada desde tempos medievais; a Torre de Soeiro Esteves, uma torre de construção islâmica que aparece citada em documento de 1282 e que a coloca ao longo da Ribeira do Cancão. Estaria próxima à Torre da Ovilheira; e finalmente a Atalaia do Toucinho que em 1664 se pede o seu conserto. Não sabemos o local exacto dela mas andaria próxima da estrada para Juromenha.

Através desta rota pelas estradas do concelho, tentei enumerar as torres e atalaias que vigiavam os campos em redor da cidade de Elvas. A sua guarnição não era grande, oscilando entre os cinco e os dez soldados, dependendo da grandeza ou valor estratégico da torre ou atalaia. No entanto, esta rede de fortificações, funcionava na perfeição avisando-se umas às outras através de tiros de aviso ou sinais de fogo ou fumo, fazendo chegar a notícia de um exército invasor de uma forma fácil e eficaz à cidade. Algumas delas hoje ainda lá estão, a vigiar os campos e a fazer-nos lembrar da nossa história.

É todo este património mundial descrito no artigo que fez de Elvas uma cidade-quartel de fronteira e possibilitou a sua classificação como Património da Humanidade. No entanto, há que recordar que no caso de Elvas, como noutras cidades e vilas-quartel portuguesas, o património construído de relevância artística não se resume ao militar. Este facto acontece porque a cidade-militar não é construída de início, mas sim tendo em conta uma pré-existência. Embora sempre tida como uma praça militar estratégica e vital para a manutenção da nacionalidade, as construções que fazem de Elvas uma cidade quartel de fronteira aparecem apenas no séc. XVII com a Guerra da Restauração. Quando os arquitectos e engenheiros militares do séc. XVII chegam a Elvas vão ter que respeitar essa pré-existência e por isso é a construção das fortificações que tem que se adaptar à cidade, o que não acontece, por exemplo, em Naarden e Bourlange, na Holanda, ou de Palmanova em Itália.

Por outro lado, o próprio facto de Elvas ser uma cidade-quartel de fronteira e de ter milhares de militares a viverem dentro dela a partir do séc. XVII proporcionou a criação de uma sociedade elitista, endinheirada e intelectual, que por sua vez facultou a edificação de mais património na cidade, e desta

forma o surgimento de um conjunto patrimonial de grande relevo de arquitectura civil, militar e religiosa, formado por mais de duzentos pontos de interesse turístico intra-muros.